VIII - ser imigrante ou refugiado;

IX - ser indígena ou oriundo de comunidades tradicionais e extrativistas;

X - pessoas com deficiência; ou

XI - ser transgênero ou transexual.

§ 2º A seleção dos aprendizes, observados os critérios mínimos definidos no parágrafo anterior, será feita pelas entidades referidas no caput deste artigo.

§ 3º A comprovação da escolaridade do aprendiz com deficiência psicossocial deverá considerar, sobretudo, as habilidades e as competências relacionadas com a profissionalização.

§ 4º A idade máxima prevista no caput deste artigo não se aplica a aprendizes com deficiência.

§ 5º Caberá à entidade contratada, selecionar e matricular os adolescentes aprendizes que participarão do programa, prepará-los e encaminhá-los ao MPPA, com registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS).

§ 6º A validade do contrato de aprendizagem pressupõe a anotação na CTPS, matrícula e frequência do adolescente aprendiz na escola e inscrição em programa de aprendizagem na forma referida no caput deste artigo.

§ 7º Na celebração de contrato para os fins previstos nesta Resolução, o MPPA verificará se a entidade dispõe de estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como de condições para acompanhar e avaliar, com zelo e diligência, os resultados obtidos pelos adolescentes aprendizes.

CAPÍTULO II

DO CONTRATO DE APRENDIZAGEM

Art. 3º A contratação de aprendizes pelo MPPA far-se-á de modo indireto, na forma permitida pelo art. 431 da CLT, por meio de entidade contratada, sem fins lucrativos, para implementação do Programa de Aprendizagem no âmbito do MPPA, conforme determinada Resolução n.º 218, de 27 de outubro de 2020, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Art. 4º Nos casos em que o MPPA atuar como entidade concedente da experiência prática do aprendiz, conforme regulamentação constante do Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, deverá firmar Termo de Parceria com a empresa cumpridora da cota de aprendizagem e entidade formadora prevista no art. 3º desta Resolução, competindo a esta última o acompanhamento pedagógico das aulas práticas.

§ 1º Não serão admitidos jovens que apresentem condição de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.

Art. 5º O adolescente aprendiz cumprirá carga horária de 4 (quatro) horas diárias, conforme horário de funcionamento da unidade gestora, no qual desempenhará atividades compatíveis com o programa de aprendizagem.

Art. 6º O contrato de aprendizagem celebrado com a entidade contratada terá duração não superior a 24 (vinte e quatro) meses e extinguir-se-á no seu termo ou antecipadamente nas seguintes hipóteses:

I - a pedido do adolescente aprendiz;

II - desempenho insuficiente ou inadaptação do adolescente aprendiz;

III - cometimento de falta disciplinar prevista na CLT ou na Lei Estadual n.º 5.810, de 24 de janeiro de 1994;

IV - ausência injustificada à escola que implique perda do ano letivo; e

V - desistência dos estudos ou do programa de aprendizagem.

Art. 7º O adolescente aprendiz perceberá retribuição equivalente a 1 (um) salário-mínimo nacional, fazendo jus, ainda, a:

I - 13º salário, FGTS e repouso semanal remunerado;

II - concessão de 30 (trinta) dias de férias coincidentes com um dos períodos de férias escolares, sendo vedado seu parcelamento e sua conversão em abono pecuniário;

III - seguro contra acidentes pessoais em favor dos adolescentes aprendizes, mediante apólice coletiva de seguro; e

IV - vale-transporte subsidiado.

CAPÍTULO III

DOS DEVERES E PROIBIÇÕES

Art. 8º São deveres do aprendiz:

I - executar com zelo e dedicação as atividades que lhes forem atribuídas;

II - apresentar, trimestralmente, à contratante, comprovante de aproveitamento e frequência escolar;

III - comunicar imediatamente ao seu supervisor, à entidade contratada ou à contratante, caso ocorra a desistência do curso regular ou de aprendizagem, além de quaisquer outras alterações relacionadas à atividade escolar;

IV - fazer uso do crachá de identificação nas dependências do MPPA, devendo devolvê-lo ao seu supervisor, obrigatoriamente, ao término do contrato; e

V - nas hipóteses em que o MPPA figurar como entidade concedente da prática de aprendizagem, apresentar declaração de que não possui condição de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membro ou servidor da Instituição investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.

Parágrafo único. Considera-se como infrequência a ausência do aprendiz no período de 5 (cinco) dias letivos consecutivos ou 7 (sete) dias letivos alternados no período de um mês.

Art. 9º É vedado ao aprendiz:

I - realizar atividades incompatíveis com o projeto pedagógico do programa de aprendizagem;

II - identificar-se invocando sua qualidade de aprendiz quando não estiver no pleno exercício das atividades desenvolvidas no MPPA;

III - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização; e

IV - retirar, sem prévia anuência do supervisor, qualquer documento ou objeto do local de trabalho.

Art. 10. As obrigações da entidade contratada para selecionar e contratar aprendizes, bem como promover o curso de aprendizagem respectivo serão descritas em instrumento próprio, que incluirá, dentre outras:

I - selecionar os adolescentes e jovens matriculados em programas de aprendizagem por ela promovidos, para os fins previstos no art. 1º desta Resolução, observando a reserva de pelo menos 10% (dez por cento) das vagas para pessoas com deficiência, bem como os demais requisitos constantes dos parágrafos do art. 2º;

II - executar todas as obrigações trabalhistas referentes aos aprendizes;

III - garantir locais favoráveis e meios didáticos apropriados ao programa de aprendizagem e ao desenvolvimento físico, psíquico, moral e social do aprendiz;

IV - assegurar a compatibilidade de horários para a participação do adolescente ou jovem no programa de aprendizagem, sem prejuízo da frequência ao ensino regular;

V - acompanhar as atividades e o desempenho pedagógico do aprendiz, tanto em relação ao programa de aprendizagem quanto ao ensino regular;

VI - promover a avaliação periódica do aprendiz no tocante ao programa de aprendizagem; e

VII - expedir Certificado de Qualificação Profissional em nome do adolescente ou jovem, após a conclusão do programa de aprendizagem com aproveitamento satisfatório, e outros documentos que se fizerem necessários, em especial os relacionados às atividades escolares.

Art. 11. A participação do aprendiz no programa de aprendizagem a que se refere esta Resolução em nenhuma hipótese implicará vínculo empregatício com o MPPA.

§ 1º O MPPA criará comissão - vinculada ao Departamento de Recursos Humanos (DRH) - para acompanhamento do programa de aprendizagem, integrada preferencialmente por psicólogo, assistente social e pedagogo, além de outros servidores, a fim de:

I - implantar, coordenar, acompanhar e avaliar o Programa no âmbito do MPPA;

II - divulgar o programa na unidade e sensibilizar a comunidade institucional por meio de material informativo como cartilhas e folders;

III - interagir com a entidade contratada no que se refere à assiduidade, à pontualidade, ao desempenho escolar e ao acompanhamento sociofamiliar;

IV - promover a ambientação dos aprendizes realizando, inclusive, encontro com os pais/responsáveis dos adolescentes visando aproximação com a família, esclarecimento de dúvidas referentes ao Programa e apresentação da Instituição em que o adolescente desenvolverá suas atividades de aprendizagem;

V - fomentar o atendimento do adolescente aprendiz e seus familiares pelos equipamentos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) do Município em que residem, notadamente o CRAS e CREAS, caso tal providência se mostre necessária;

VI - interagir e fortalecer o papel dos supervisores dos aprendizes;

VII - promover dentro do MPPA, por meio de parcerias com outras instituições ou do serviço voluntário de servidores ou não, atividades voltadas para o desenvolvimento pessoal, social e profissional do adolescente, tais como: apoio escolar, orientação vocacional, atividades culturais (oficinas de desenho, canto, teatro, dentre outros), para incentivar o desenvolvimento de talentos e atividades informativas (oficinas e/ou palestras temáticas sobre direitos humanos, direitos da criança e do adolescente, sexualidade, dentre outros);

VIII - realizar atendimento individual e em grupo, estendendo, quando necessário, às famílias;

IX - elaborar relatório de acompanhamento e avaliação dos aprendizes e do Programa; e

X - inserir os aprendizes, quando possível, nos programas e projetos existentes no MPPA onde estiverem lotados.

CAPÍTULO IV

DO PROCESSO SELETIVO

Art. 12. Caberá a cada unidade administrativa informar ao DRH o interesse para o recebimento de aprendiz.

Parágrafo único. O DRH encaminhará as vagas disponíveis à Comissão para Acompanhamento do Programa de Aprendizagem, para as providências cabíveis.

Art. 13. O recrutamento e a seleção dos aprendizes dar-se-ão pela entidade contratante, que remeterá à Comissão de Acompanhamento do Programa de Aprendizagem, para análise e apreciação formal, os seguintes dados, através de sistema eletrônico:

I - nome completo;

II - número de RG;

III - número de CPF;

IV - filiação;

V - endereço;

VI - escolaridade;

VII - antecedentes; e

VIII - nome da entidade ou empresa parceira.

Art. 14. As providências do artigo anterior também serão tomadas em relação aos aprendizes contratados na forma do artigo 3º desta Resolução.

Art. 15. Os aprendizes aprovados no processo seletivo da entidade contratada, serão encaminhados ao DRH para posterior lotação nas unidades interessadas.

CAPÍTULO V

DO DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM

Art. 16. As atividades realizadas pelo aprendiz compreenderão tarefas metódicamente organizadas e de complexidade progressiva a serem desempenhadas no ambiente de trabalho.

§ 1º As atividades teóricas devem observar o percentual mínimo estabelecido em ato normativo de Ministério ou Secretaria do Governo Federal.

§ 2º A supervisão respectiva procurará inserir o aprendiz nos programas e projetos existentes na unidade onde estão lotados.

Art. 17. No acompanhamento das atividades práticas dos aprendizes devem ser observadas as vedações legais, de modo que a aprendizagem não seja executada: